

Ofício N° 10 G/SG/AFEPA/SALC/PARL

Brasília, 15 de janeiro de 2025.

Senhor Primeiro-Secretário,

Em resposta ao Ofício nº 1474 (SF), pelo qual Vossa Excelência encaminhou o Requerimento nº 558, de 2024, de autoria do Senador Eduardo Girão (NOVO/CE), em que "requer que sejam prestadas, pelo Senhor Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Mauro Vieira, informações sobre a abstenção do Brasil na votação da resolução da OEA para maior transparência nas eleições da Venezuela e a posição do governo brasileiro em relação às violações de direitos humanos ocorridas naquele país", presto os seguintes esclarecimentos:

PERGUNTA 1

Por que o Brasil se absteve na votação da resolução na OEA, que pedia maior transparência e divulgação das atas nas eleições na Venezuela?

RESPOSTA À PERGUNTA 1

A abstenção do Brasil nesta votação, que ocorreu no Conselho Permanente da OEA

A Sua Excelência o Senhor
Senador Rogério Carvalho
Primeiro-Secretário do Senado Federal

Fls. 2 do Ofício Nº 10 G/SG/AFEPA/SALC/PARL

em 31 de julho de 2024, deu-se em função da presença de imprecisões no texto do projeto de resolução relativas ao processo eleitoral na Venezuela, cuja aprovação seria contraprodutiva para os esforços em busca de uma solução negociada e apaziguamento das tensões.

Em sua intervenção durante a votação do projeto de resolução, além de exortar as autoridades venezuelanas a publicar as atas com dados desagregados por urnas, o Brasil manifestou preocupação com os protestos na Venezuela e conclamou todos os atores políticos e sociais a evitarem uma escalada de violência e assegurarem um ambiente de diálogo.

PERGUNTA 2

O governo brasileiro apoia as violações de direitos humanos perpetradas por Nicolás Maduro?

RESPOSTA À PERGUNTA 2

Este Ministério tem pleno conhecimento das denúncias que vêm sendo feitas no plano internacional a respeito de possíveis violações de direitos humanos na Venezuela. O Governo brasileiro vem se manifestando sobre questões relativas aos direitos humanos na Venezuela, seja por notas individuais, seja por notas conjuntas

Fls. 3 do Ofício Nº 10 G/SG/AFEPA/SALC/PARL

com Colômbia e México (copiadas abaixo).

Por meio da Nota à Imprensa nº 19, de 11/1/2025, o governo brasileiro declarou acompanhar com grande preocupação as denúncias de violações de direitos humanos a opositores do governo na Venezuela, em especial após o processo eleitoral realizado em julho passado. Em particular, deplorou os recentes episódios de prisões, de ameaças e de perseguição a opositores políticos. Finalmente, exortou as forças políticas venezuelanas ao diálogo e à busca de entendimento mútuo, com base no respeito pleno aos direitos humanos com vistas a dirimir as controvérsias internas.

No âmbito hemisférico, em 16 de agosto de 2024, o Brasil apoiou a adoção de resolução sobre a situação na Venezuela em sessão extraordinária do Conselho Permanente (CP) da Organização dos Estados Americanos (OEA). Por meio dessa resolução, os países da região registram "com preocupação as notícias de graves irregularidades e violência relacionadas ao processo eleitoral" no país, reafirmam "que a manutenção da paz social e a proteção da vida e das liberdades fundamentais devem ser prioritárias" e insistem "com a maior firmeza, que o respeito aos direitos humanos e às liberdades fundamentais, à vida, à liberdade e à segurança pessoal, especialmente o direito de se reunir pacificamente e de exercer plenamente os direitos civis e políticos sem represálias, o direito de não ser submetido a detenção ou prisão arbitrária e o direito a um julgamento justo, sejam prioridades absolutas e uma obrigação da Venezuela, assim como ocorre em todos os Estados das

Américas".

Cabe recordar ainda que, desde 15 de fevereiro de 2024, quando o Governo da Venezuela anunciara a suspensão das atividades do Escritório do Alto Comissariado para Direitos Humanos da ONU (EACDH) em Caracas, o Brasil passou a encorajar o Governo venezuelano a retomar a cooperação com o Escritório, pronunciando-se a respeito do tema nas 55^a e 56^a sessões do Conselho de Direitos Humanos (respectivamente, março e junho de 2024). Na 57^a sessão do Conselho de Direitos Humanos, o Brasil afirmou, em setembro e outubro do ano passado, que segue atento à situação de direitos humanos na Venezuela e instou as autoridades do país a apurarem com imparcialidade as alegadas violações de direitos humanos, no marco do compromisso com a promoção, proteção e respeito aos direitos humanos e às liberdades fundamentais. Mais recentemente, em 13 de dezembro de 2024, durante o diálogo interativo com o Alto Comissariado para Direitos Humanos da ONU, o representante do governo brasileiro voltou a manifestar-se sobre a necessidade de verificação imparcial dos resultados eleitorais e de apuração das denúncias de violações de direitos humanos. Também instou as autoridades venezuelanas a respeitar os direitos dos asilados políticos e a avançar na revisão dos casos de detidos no período pós eleitoral com vistas à sua liberação.

Note-se que esses esforços internacionais têm surtido efeito: nos últimos dois meses, o Governo venezuelano autorizou a retomada das atividades do Alto Comissariado

Fls. 5 do Ofício Nº 10 G/SG/AFEPA/SALC/PARL

para Direitos Humanos da ONU no país e permitiu a libertação de mais de 1300 detidos.

PERGUNTA 3

Qual a relação do presidente Lula com Nicolás Maduro?

RESPOSTA À PERGUNTA 3

Em sua relação com o presidente Maduro, o presidente Lula se orienta pelos princípios que regem as relações internacionais, como defesa da democracia, não intervenção em assuntos internos, resolução pacífica de controvérsias e autodeterminação dos povos, princípios esses consagrados no artigo 4º da Constituição Federal.

O senhor presidente da República tem presente também os interesses brasileiros no plano bilateral, e procura atuar com vistas ao fortalecimento de laços econômicos, políticos e culturais entre Brasil e Venezuela, sempre com a intenção de promover o desenvolvimento mútuo e regional. A manutenção de relações com a Venezuela é necessária. Compartilhamos com o país vizinho uma fronteira de mais de 2 mil quilômetros. Vários temas tornam indispensável a coordenação entre ambos os governos, como a proteção dos povos indígenas e da Amazônia, o combate ao crime

Fls. 6 do Ofício Nº 10 G/SG/AFEPA/SALC/PARL

organizado, incluindo os ilícitos ambientais, a integração energética, o comércio bilateral, o desenvolvimento da faixa de fronteira, entre outros.

A manutenção de canais de diálogo com o governo venezuelano é ainda um ativo importante para apoiar o diálogo necessário à superação dos desafios internos vividos pela Venezuela. O fato de essa orientação ter sido apreciada não apenas por importantes atores internacionais, mas também pela própria oposição venezuelana, é indicativo de que se trata de uma abordagem que poderá contribuir para a construção de um contexto político estável e democrático naquele país.

PERGUNTA 4

A posição do governo Lula é a mesma da já manifestada pelo Partido dos Trabalhadores em sua nota divulgada no dia 29/07, em que "saúda o povo venezuelano pelo processo eleitoral ocorrido no domingo, dia 28 de julho de 2024, em uma jornada pacífica, democrática e soberana"?

RESPOSTA À PERGUNTA 4

O posicionamento oficial do Governo brasileiro não guarda necessariamente correspondência com o posicionamento de qualquer partido político.

Fls. 7 do Ofício Nº 10 G/SG/AFEPA/SALC/PARL

Desde suas primeiras manifestações pós-eleições de 28/7 na Venezuela, o Governo brasileiro tem reafirmado o princípio fundamental da soberania popular, a ser observado por meio da verificação imparcial dos resultados, bem como demandado a publicação, pelo Conselho Nacional Eleitoral venezuelano, de dados desagregados por mesa de votação, passo indispensável para a transparência, credibilidade e legitimidade do resultado do pleito.

Nesse período, este Ministério manifestou-se publicamente sobre a situação do país por meio de seis notas à imprensa (notas 336, 347, 358, 384 e 400, de 2024; e 19, de 2025), copiadas abaixo, e apoiou resolução da Organização dos Estados Americanos sobre o assunto (16/8).

NOTA À IMPRENSA Nº 336 (29/7/24)

Eleições e apuração na Venezuela

O governo brasileiro saúda o caráter pacífico da jornada eleitoral de ontem na Venezuela e acompanha com atenção o processo de apuração.

Reafirma ainda o princípio fundamental da soberania popular, a ser observado por meio da verificação imparcial dos resultados.

Aguarda, nesse contexto, a publicação pelo Conselho Nacional Eleitoral de dados desagregados por mesa de votação, passo indispensável para a transparência, credibilidade e legitimidade do resultado do pleito.

Fls. 8 do Ofício Nº 10 G/SG/AFEPA/SALC/PARL

NOTA À IMPRENSA Nº 347 (1/8/24)

Eleições Presidenciais da República Bolivariana da Venezuela - Comunicado Conjunto de Brasil, Colômbia e México

Os governos do Brasil, Colômbia e México felicitamos e expressamos nossa solidariedade com o povo venezuelano, que compareceu massivamente às urnas em 28 de julho para definir seu próprio futuro.

Acompanhamos com muita atenção o processo de escrutínio dos votos e fazemos um chamado às autoridades eleitorais da Venezuela para que avancem de forma expedita e divulguem publicamente os dados desagregados por mesa de votação.

As controvérsias sobre o processo eleitoral devem ser dirimidas pela via institucional. O princípio fundamental da soberania popular deve ser respeitado mediante a verificação imparcial dos resultados.

Nesse contexto, fazemos um chamado aos atores políticos e sociais a exercerem a máxima cautela e contenção em suas manifestações e eventos públicos, a fim de evitar uma escalada de episódios violentos.

Manter a paz social e proteger vidas humanas devem ser as preocupações prioritárias neste momento.

Que esta seja uma oportunidade para expressar, novamente, nosso absoluto respeito pela soberania da vontade do povo da Venezuela. Reiteramos nossa disposição para apoiar os esforços de diálogo e busca de acordos que beneficiem o povo venezuelano.

NOTA À IMPRENSA Nº 358 (8/8/24)

Segundo comunicado conjunto de Brasil, Colômbia e México sobre eleições na Venezuela

Os ministros das Relações Exteriores de Brasil, Colômbia e México, por mandato de seus respectivos presidentes, reuniram-se de maneira virtual no dia de ontem, 7 de agosto de 2024, para continuar dialogando sobre a situação atual na Venezuela.

Consideram fundamental a apresentação pelo Conselho Nacional Eleitoral da Venezuela (CNE) dos resultados das eleições presidenciais de 28 de julho de 2024 desagregados por mesa de votação. Ao tomarem nota da ação iniciada perante o Tribunal Supremo de Justiça da Venezuela (TSJ) sobre o processo eleitoral, partem da premissa de que o CNE é o órgão a que corresponde, por mandato legal, a divulgação transparente dos resultados eleitorais.

Reafirmam a conveniência de que se permita a verificação imparcial dos resultados, respeitando o princípio fundamental da soberania popular. Ademais, reiteram o chamado aos atores políticos e sociais do país para que exerçam a máxima cautela e moderação em manifestações e eventos públicos e às forças de segurança do país para que garantam o pleno exercício desse direito democrático dentro dos limites da lei. O respeito aos Direitos Humanos deve prevalecer em qualquer circunstância.

Expressando, uma vez mais, seu respeito à soberania e vontade do povo venezuelano, anunciam que continuarão a manter conversas de alto nível e enfatizam sua convicção e confiança de que as soluções da situação atual devem surgir da Venezuela. Nesse sentido, reiteram sua disposição de apoiar os esforços de diálogo e

Fls. 10 do Ofício N° 10 G/SG/AFEPA/SALC/PARL

busca de entendimentos que contribuam à estabilidade política e à democracia no país.

NOTA À IMPRENSA N° 384 (24/8/24)

Declaração Conjunta de Brasil e Colômbia

O Presidente da República Federativa do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, e o Presidente da República da Colômbia, Gustavo Petro, mantiveram ontem e hoje (23 e 24/8) conversas telefônicas sobre a questão das eleições presidenciais na Venezuela.

Ambos os presidentes permanecem convencidos de que a credibilidade do processo eleitoral somente poderá ser restabelecida mediante a publicação transparente dos dados desagregados por seção eleitoral e verificáveis.

A normalização política da Venezuela requer o reconhecimento de que não existe uma alternativa duradoura ao diálogo pacífico e à convivência democrática na diversidade. Os dois presidentes conclamam todos os envolvidos a evitar recorrer a atos de violência e à repressão.

Como países vizinhos diretamente interessados na estabilidade da Venezuela e da região, e testemunhas dos Acordos de Barbados, Brasil e Colômbia mantêm abertos seus canais de comunicação com as partes e reiteram sua disposição de facilitar o entendimento entre elas.

Brasil e Colômbia tomam nota da decisão do Tribunal Supremo de Justiça (TSJ) da Venezuela sobre o processo eleitoral. Reiteram que continuam a aguardar a

Fls. 11 do Ofício N° 10 G/SF/AFEPA/SALC/PARL

divulgação, pelo CNE, das atas desagregadas por seção de votação e relembram os compromissos assumidos pelo governo e pela oposição mediante a assinatura dos Acordos de Barbados, cujo espírito de transparência deve ser respeitado. Manifestam também sua total oposição à continuada aplicação de sanções unilaterais como instrumento de pressão. Compartilham o entendimento de que sanções unilaterais são contrárias ao direito internacional e prejudicam a população dos países sancionados, em especial as camadas mais vulneráveis.

NOTA À IMPRENSA N° 400 (3/9/24)

Determinação de apreensão de candidato presidencial na Venezuela

Os governos de Brasil e Colômbia manifestam profunda preocupação com a ordem de apreensão emitida pela Justiça venezuelana contra o candidato presidencial Edmundo González Urrutia, no dia de ontem, 2 de setembro.

Esta medida judicial afeta gravemente os compromissos assumidos pelo Governo venezuelano no âmbito dos Acordos de Barbados, em que governo e oposição reafirmaram seu compromisso com o fortalecimento da democracia e a promoção de uma cultura de tolerância e convivência. Dificulta, ademais, a busca por solução pacífica, com base no diálogo entre as principais forças políticas venezuelanas.

NOTA À IMPRENSA N° 19 (11/1/25)

Nota sobre a situação na Venezuela

O governo brasileiro acompanha com grande preocupação as denúncias de violações

Fls. 12 do Ofício Nº 10 G/SG/AFEPA/SALC/PARL

de direitos humanos a opositores do governo na Venezuela, em especial após o processo eleitoral realizado em julho passado.

Embora reconheçamos os gestos de distensão pelo governo Maduro ? como a liberação de 1.500 detidos nos últimos meses e a reabertura do Escritório do Alto Comissário de Direitos Humanos das Nações Unidas em Caracas, o governo brasileiro deplora os recentes episódios de prisões, de ameaças e de perseguição a opositores políticos.

O Brasil registra que, para a plena vigência de um regime democrático, é fundamental que se garantam a líderes da oposição os direitos elementares de ir e vir e de manifestar-se pacificamente com liberdade e com garantias à sua integridade física.

O Brasil exorta, ainda, as forças políticas venezuelanas ao diálogo e à busca de entendimento mútuo, com base no respeito pleno aos direitos humanos com vistas a dirimir as controvérsias internas.

PERGUNTA 5

O governo brasileiro está ciente de que já foram presas mais de 2.000 pessoas de forma arbitrária, dentre elas 100 adolescentes, que mais de 20 pessoas já morreram, que líderes da oposição foram sequestrados, que foi criado um canal de denúncias online para que apoiadores de Maduro apontem as pessoas que estão contra o regime, que foram criados presídios especiais para presos políticos e campos de reeducação e

Fls. 13 do Ofício Nº 10 G/SG/AFEPA/SALC/PARL

trabalho forçado, que os meios de comunicação no país estão sendo boicotados e que membros de corpos diplomáticos de diversos países já foram expulsos da Venezuela? Se sim, por que o Brasil não se manifestou sobre essas graves violações?

RESPOSTA À PERGUNTA 5

Como anteriormente afirmado, o Brasil pronunciou-se a respeito da situação dos direitos humanos na Venezuela em sessões do Conselho de Direitos Humanos, onde tem instado as autoridades do país a apurarem com imparcialidade as alegadas violações de direitos humanos, no marco do compromisso com a promoção, proteção e respeito aos direitos humanos e às liberdades fundamentais.

Entre 2019 e 2023, o Brasil votou a favor das resoluções sobre a situação de direitos humanos na Venezuela no Conselho de Direitos Humanos (CDH).

Em 2023, o Brasil fez intervenções, em caráter nacional, nas sessões do CDH. Nessas ocasiões, o Brasil manifestou preocupação com a situação de direitos humanos na Venezuela e encorajou o país a implementar as recomendações da Revisão Periódica Universal e aprofundar o relacionamento com os mecanismos do CDH, inclusive com a Missão de Verificação de Fatos. O Brasil também vem afirmando que está disposto a explorar maneiras pelas quais a situação de direitos humanos na Venezuela possa ser abordada de forma construtiva, em diálogo com o

Fls. 14 do Ofício Nº 10 G/SG/AFEPA/SALC/PARL

governo local e com todos os atores relevantes.

Em 2024, antes da realização do pleito, em julho passado, o Brasil também ressaltou, no CDH, a importância de que as eleições ocorressem de maneira livre e transparente, com ampla participação e plenas garantias a todos os atores políticos venezuelanos. Reafirmou, ainda, o apoio firme à implementação do Acordo de Barbados, que ratificou o compromisso de todas as partes em fortalecer uma democracia inclusiva na Venezuela, e promover uma cultura de tolerância e coexistência política, assim como o compromisso de que o processo eleitoral fosse realizado com todas as garantias, inclusive a participação de observadores internacionais.

Conforme mencionado acima, o diálogo com o governo venezuelano quanto ao dossiê de direitos humanos tem alcançado resultados concretos, como a autorização da retomada das atividades do Alto Comissariado para Direitos Humanos da ONU no país e a libertação de mais de 1300 detidos nas últimas semanas.

Atenciosamente,

MAURO VIEIRA
Ministro de Estado das Relações Exteriores